



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

**Plano Diretor de Tecnologia de Informação**  
**2017 a 2019**





## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

### MINISTRO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

Marcos Pereira

#### COMITÊ DE GOVERNANÇA DIGITAL

##### **Secretário-Executivo**

Marcos Jorge de Lima

##### **Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação**

Alessandro França Dantas

##### **Secretário de Comércio Exterior**

Abrão Miguel Árabe Neto

##### **Secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial**

Igor Nogueira Calvet

##### **Secretário de Comércio e Serviços**

Marcelo Maia Tavares de Araújo

##### **Chefe de Gabinete do Ministro**

Evandro Garla Pereira da Silva

##### **Secretário de Inovação e Novos Negócios**

Marcos Vinícius de Souza

##### **Secretária-Executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação**

Thaise Pereira Pessoa Dutra

#### EQUIPE DE ELABORAÇÃO

##### **Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações e representantes *Ad Hoc***

Amilton Lobo Mendes Junior

Aristóteles Soares Benício

Bianca Leal Soares

Cídalina Luna Alencar Feitosa de Oliveira

Cláudio Augusto Novais Ferraz

Daniel Aguiar Graboys

Graziele Cristina Silveira Zerbini Costal

Igor Bruno Andrade de Freitas

Igor Vieira Maia

Júlio César Gois Albuquerque

Luciana Gomes de Oliveira

Luciano Cunha de Sousa

Luis Eduardo Barreiro de Jesus

Manoel Augusto Cardoso da Fonseca

Marcelo de Oliveira Miranda

Murilo Machado Chaiben

Petersana Lopes Pereira Dorsa

Rachel Oliveira Correa da Motta

Rafael Cunha Alves Moreira

Rafael Henrique Rodrigues Moreira

Sebastião Figueiredo de Morais Filho

Sidney de Almeida Alves

Thayana Freitas De Queiroz

Wander de Castro Silva





**MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS**

**Histórico de Versões**

<b>Data</b>	<b>Versão</b>	<b>Descrição</b>	<b>Autor</b>
<b>31/10/16</b>	<b>1.0</b>	<b>Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações</b>	<b>Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações</b>





## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

### Índice

APRESENTAÇÃO .....	9
1. INTRODUÇÃO .....	10
2. TERMOS E ABREVIACÕES .....	12
3. METODOLOGIA APLICADA PARA ELABORAÇÃO .....	13
4. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA .....	15
5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES .....	16
6. ORGANIZAÇÃO DA TIC .....	17
7. RESULTADOS DO PDTI ANTERIOR .....	18
8. REFERENCIAL ESTRATÉGICO .....	21
8.1 Alinhamento com a estratégia do MDIC .....	21
8.2 Alinhamento com a Estratégia de Governança Digital .....	22
8.3 Estratégia de TIC .....	22
8.3.1 Missão .....	22
8.3.2 Visão .....	22
8.3.3 Valores .....	22
8.4 Iniciativas Estratégicas (preliminares) .....	23
8.5 Análise SWOT da CGTI .....	23
8.5.1 Resultados SWOT da CGTI .....	25
9. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES .....	26
9.1 Plano de Levantamento das Necessidades .....	26
9.2 Critérios de Priorização .....	26
9.3 Necessidades Identificadas .....	27
10. CAPACIDADE ESTIMADA DE EXECUÇÃO DA TI .....	29
11. PLANO DE METAS E AÇÕES .....	30
11.1 Plano de Metas .....	30
11.2 Plano de Ações .....	32
12. PLANO DE CAPACITAÇÃO .....	37
13. PLANO ORÇAMENTÁRIO DO PDTIC .....	37
14. PROCESSO DE REVISÃO DO PDTI .....	37
15. FATORES CRÍTICOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO PDTIC .....	37
16. ANEXOS .....	37







## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

### **APRESENTAÇÃO**

O propósito de um planejamento de TIC é atender as necessidades de informação e comunicação de uma organização através de tecnologias que promovam a colaboração, mobilidade, inteligência e confiança. Para tanto, é necessário definir metas, ações e projetos para suprir tais necessidades. O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações traz em si o alinhamento entre o planejamento estratégico e tático do Ministério e as ações da área de TIC. Por meio dele é possível acompanhar a atuação da área de TIC e sua aderência aos objetivos da instituição. O PDTIC é um instrumento de gestão que promoverá a redução do desperdício, a aplicação mais efetiva de recursos humanos, físicos e orçamentários e, por fim, a melhora do gasto público e do serviço prestado ao cidadão. Ademais permitirá que os gestores ajam de forma proativa, contra as ameaças e a favor das oportunidades que se apresentarem aos planos nele estabelecidos.



## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

### 1. INTRODUÇÃO

As organizações que não planejam correm riscos de não alcançarem os objetivos desejados. Com uma visão de futuro estabelecida, as organizações poderão se adaptar às constantes mudanças que ocorrem na sua área de atuação e agilizar seu processo de tomada de decisões. Ademais planejar é Princípio Constitucional; Princípio fundamental da Administração Pública; Obrigação Legal; Exigência de controle; e Atividade inerente à gestão pública

O PDTI, segundo a Instrução Normativa nº 4 de 12 de novembro de 2010, artigo 2º, inciso XXII, é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período.

Segundo o Decreto-Lei nº 200/1967, o planejamento é um princípio fundamental da APF:

Art. 6º As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais:

- I - Planejamento;
- II - Coordenação;
- III - Descentralização;
- IV - Delegação de Competência;
- V - Controle.

Art. 7º A ação governamental obedecerá a planejamento que vise a promover o desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional, norteando-se segundo planos e programas elaborados [...].

A Lei 10.180/2001 cita o planejamento como uma das atividades de gestão orçamentária:

Art. 7º Compete às unidades responsáveis pelas atividades de planejamento:

- I - elaborar e supervisionar a execução de planos e programas nacionais e setoriais de desenvolvimento econômico e social;
- II - coordenar a elaboração dos projetos de lei do plano plurianual e o item, metas e prioridades da Administração Pública Federal, integrantes do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, bem como de suas alterações, compatibilizando as propostas de todos os Poderes, órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal com os objetivos governamentais e os recursos disponíveis;
- III - acompanhar física e financeiramente os planos e programas referidos nos incisos I e II deste artigo, bem como avaliá-los, quanto à eficácia e efetividade, com vistas a subsidiar o processo de alocação de recursos públicos, a política de gastos e a coordenação das ações do governo;
- IV - assegurar que as unidades administrativas responsáveis pela execução dos programas, projetos e atividades da Administração Pública Federal mantenham rotinas de acompanhamento e avaliação da sua programação [...]

Há também a exigência do planejamento para as contratações de soluções de TI, conforme a Instrução Normativa SLTI 04/2010:

Art. 4º As contratações de que trata esta Instrução Normativa deverão ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o PDTI, alinhado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade.



## **MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS**

Conforme o Guia de Elaboração de PDTI do SISP, o PDTI deve ser materializado em um documento publicado e divulgado no âmbito da organização, abranger ambientes interno e externo, relativamente à área de TI. Deve ser elaborado com a participação das diversas unidades da área de TI e áreas finalísticas. O documento deve ser acompanhado e avaliado periodicamente.

No MDIC, foi incluído no PDTI o planejamento relativo às Comunicações e, portanto, é chamado PDTIC. O Comitê de Tecnologia da Informação (CTIC), criado pela Portaria CGD nº. 2, de 18 de agosto de 2016, composto por membros de todas as Secretarias e do Gabinete do Ministro, possui a competência de formular as propostas e os planos para a área de TIC que serão submetidos ao Comitê de Governança Digital (CGD). Nesse sentido, o presente PDTIC é o resultado do esforço conjunto de avaliação das necessidades de TIC do Ministério, das Estratégias e Planos Institucionais e da avaliação e aprovação da alta administração, representada pelo CGD.



## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

### 2. TERMOS E ABREVIACÕES

Abreviações	
<b>APF</b>	Administração Pública Federal
<b>ATI</b>	Analista de Tecnologia da Informação
<b>CGD</b>	Comitê de Governança Digital
<b>CGTI</b>	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
<b>COGTI</b>	Coordenação de Governança de Tecnologia da Informação
<b>COSIS</b>	Coordenação de Sistemas de Informação
<b>COSTI</b>	Coordenação de Serviços de Tecnologia da Informação
<b>CSIC</b>	Comitê de Segurança da Informação e Comunicações
<b>CTIC</b>	Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações
<b>DAS</b>	Cargo de Direção e Assessoramento Superior
<b>DIATI</b>	Divisão de Recursos de TI
<b>DIPLA</b>	Divisão de Planejamento e Controle
<b>EGD</b>	Estratégia de Governança Digital
<b>EMDIC</b>	Estratégias do MDIC
<b>ETIR</b>	Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede
<b>FCPE</b>	Funções Comissionadas do Poder Executivo
<b>IETIC</b>	Iniciativas Estratégicas de Tecnologia da Informação e Comunicações
<b>ITIL</b>	<i>Information Technology Infrastructure Library</i> - conjunto de boas práticas para serem aplicadas na infraestrutura, operação e gerenciamento de serviços de tecnologia da informação
<b>MP</b>	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
<b>NAT</b>	Núcleo de Atendimento Tecnológico
<b>PDTI</b>	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
<b>PDTIC</b>	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações
<b>POSIC</b>	Política de Segurança da Informação e Comunicações
<b>SETEL</b>	Seção de Telefonia
<b>SIC</b>	Segurança da Informação e Comunicações
<b>SLTI/MP</b>	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
<b>STI/MP</b>	Secretaria de Tecnologia da Informação
<b>TIC</b>	Tecnologia da Informação e Comunicações



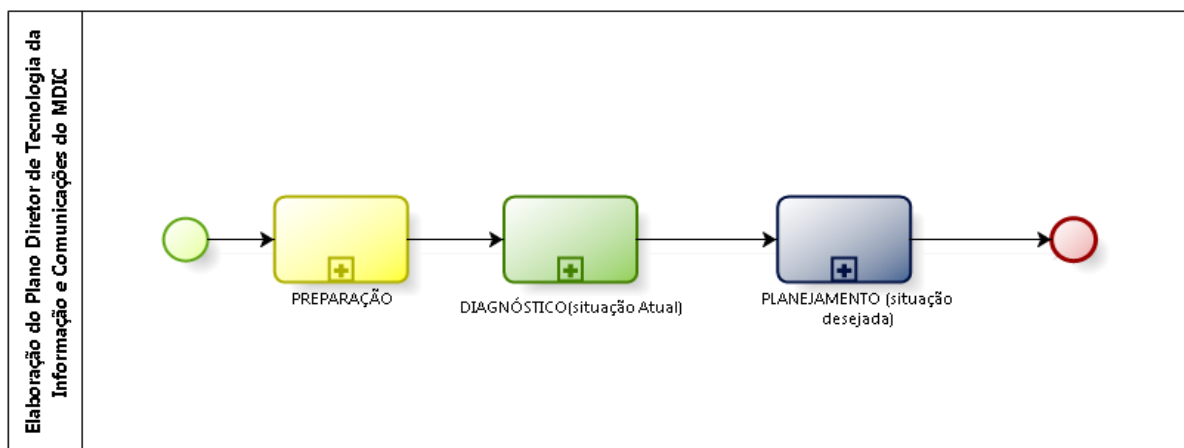
## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

### 3. METODOLOGIA APLICADA PARA ELABORAÇÃO

A metodologia adotada para a elaboração deste PDTIC teve como referência o Guia de Elaboração de PDTI do SISP em sua versão 1.0, publicado em maio de 2012 pela SLTI/MP. Essa mesma metodologia será aplicada no processo de revisão.

O fluxo de elaboração do PDTIC seguiu o modelo proposto pela SLTI, que orienta a realização em três fases: Preparação, Diagnóstico e Planejamento.

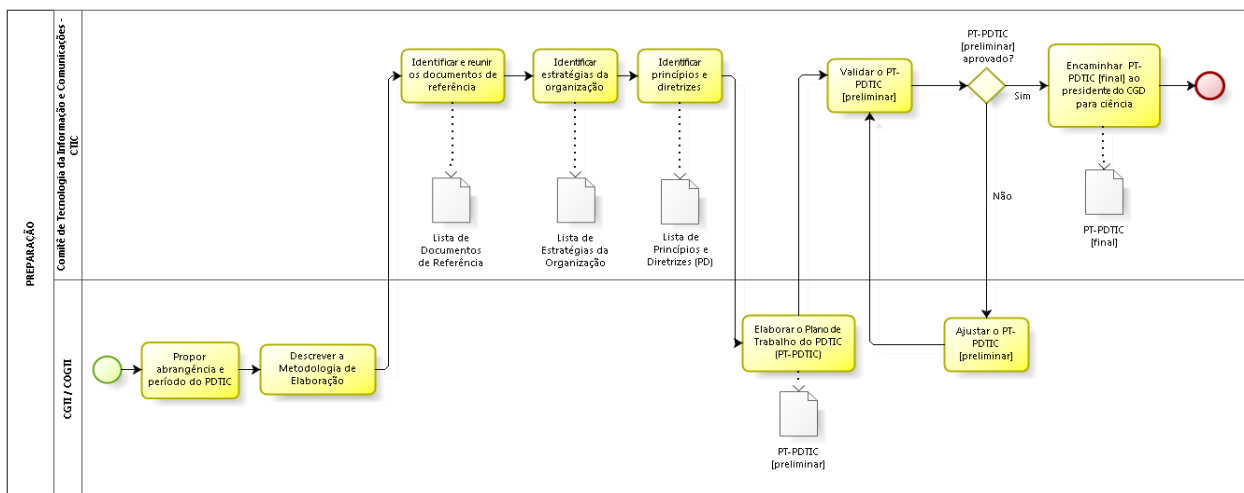
Figura 1 – Elaboração do PDTIC



#### 3.1 Fase de preparação

Na fase de preparação definiu-se a abrangência do PDTIC, a equipe de trabalho, os insumos, o material de referência e o plano de trabalho para a sua confecção e execução. A identificação dos documentos de referência, das estratégias do Ministério e dos princípios e diretrizes foi realizada conjuntamente pelos membros do CTIC. O plano de trabalho foi então elaborado pela Coordenação de Governança de TI e submetido à aprovação do CTIC. Após aprovado, o plano foi encaminhado para ciência e eventuais considerações do Presidente do Comitê de Governança Digital (CGD).

Figura 2 – Fase de Preparação do PDTIC



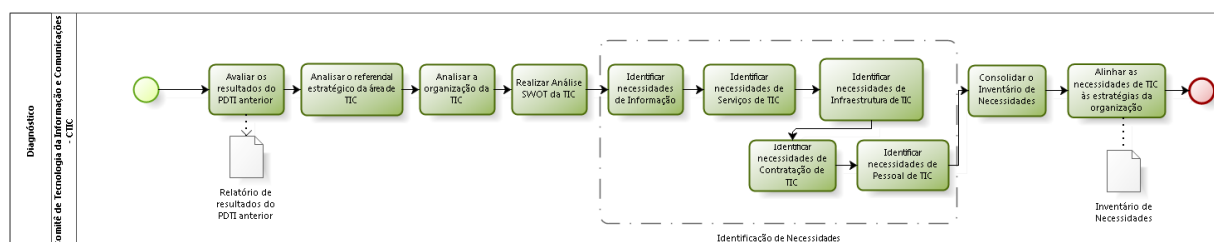


## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

### 3.2 Fase de diagnóstico

A fase de diagnóstico contou com o apoio das áreas convidadas (representantes *ad hoc*) que atuaram junto à equipe de elaboração do PDTIC, composta pelos membros do CTIC, e aos gestores da respectiva unidade. Nessa etapa, foi analisada a situação atual da TIC, seu alinhamento com o referencial estratégico da organização, e sua matriz *SWOT* (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças). Foram então identificadas e consolidadas as necessidades de informação, de serviços de TIC, de recursos humanos e de infraestrutura e, ainda, as oportunidades de melhorias. Por fim, as necessidades foram alinhadas às estratégias do Ministério.

Figura 3– Fase de Diagnóstico do PDTIC



Powered by  
bizagi  
Minister

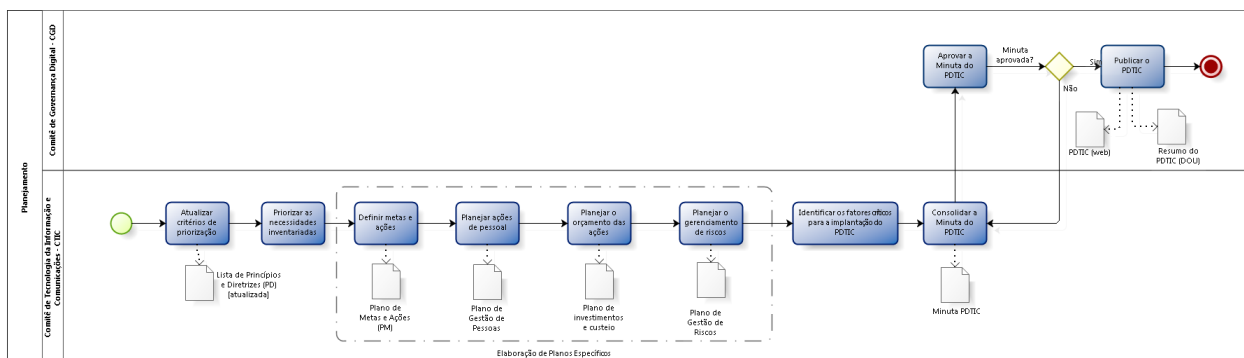
### 3.3 Fase de planejamento

A fase de planejamento estabeleceu os planos e as ações adequados para o alcance dos objetivos esperados, contemplando a priorização das necessidades e definição de metas e ações, abrangendo aspectos de recursos humanos, orçamentários e riscos.

A equipe da Coordenação de Governança de TI, desenvolveu os textos do documento, o qual foi submetido aos membros do CTIC e representantes *ad hoc* para validação e proposição de ajustes. Depois de elaborados os textos e definidas as ações, o documento seguiu para aprovação e publicação pelo CGD.

A divulgação do PDTIC é dada através de um resumo publicado no Diário Oficial da União e disponibilização na *web* de seu inteiro teor.

Figura 4– Fase de Planejamento do PDTIC



Powered by  
bizagi  
Minister



## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

### 4. **DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA**

A elaboração deste planejamento tomou por base os seguintes documentos de referência:

- Plano Plurianual – PPA 2016-2019 - Desenvolvimento, produtividade e inclusão social;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO - Lei nº 13242 de 2015;
- Lei Orçamentária Anual – LOA - Lei nº 13255 de 2016;
- Política de Governança Digital – Decreto nº 8638;
- Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal 2016-19;
- Estratégia Geral de Tecnologia da Informação – EGTI;
- Mapa Estratégico Institucional MDIC 2016;
- Regimento Interno do MDIC - Portaria MDIC nº 124 de 2016;
- Planejamento de TI anterior; e
- Modelos e Padrões de Governo Eletrônico: e-Ping, e-Mag, e-PWG.



## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

### 5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

O PDTIC do MDIC foi elaborado de acordo com os princípios norteadores que compõe a Estratégia de Governança Digital e princípios da Administração Pública:

- PD01 - Foco nas necessidades da sociedade: as necessidades da sociedade, tanto de pessoas físicas quanto jurídicas, são os principais insumos para o desenho e a entrega de serviços públicos digitais
- PD02 - Abertura e transparência: ressalvado o disposto em legislação específica, dados e informações são ativos públicos que devem estar disponíveis para a sociedade, de modo a dar transparência e publicidade à aplicação dos recursos públicos nos programas e serviços, gerando benefícios sociais e econômicos.
- PD03 - Compartilhamento da capacidade de serviço: órgãos e entidades deverão compartilhar infraestrutura, sistemas, serviços, dados, informações, conhecimentos e experiências de modo a evitar duplicação de esforços, a eliminar desperdícios e custos e a reduzir a fragmentação da informação em silos.
- PD04 - Simplicidade: reduzir a complexidade, a fragmentação e a duplicação das informações e dos serviços públicos digitais, otimizando processos de negócio, com foco na eficiência da prestação de serviços à sociedade.
- PD05 - Priorização de serviços públicos disponibilizados em meio digital: sempre que possível, os serviços públicos serão oferecidos em meios digitais, sendo disponibilizados para o maior número possível de dispositivos e plataformas.
- PD06 - Segurança e privacidade: os serviços públicos digitais devem propiciar disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dos dados e informações, além de proteger o sigilo e a privacidade pessoais dos cidadãos na forma da legislação.
- PD07 - Participação e controle social: possibilitar a colaboração dos cidadãos em todas as fases do ciclo das políticas públicas e na criação e melhoria dos serviços públicos. Órgãos e entidades públicas devem ser transparentes e dar publicidade à aplicação dos recursos públicos nos programas e serviços do Governo Federal, fornecendo informação de forma tempestiva, confiável e acurada para que o cidadão possa supervisionar a atuação do governo.
- PD08 - Governo como plataforma: o governo deve constituir-se como uma plataforma aberta, sobre a qual os diversos atores sociais possam construir suas aplicações tecnológicas para a prestação de serviços e o desenvolvimento social e econômico do país, permitindo a expansão e a inovação.
- PD09 - Inovação: devem ser buscadas soluções inovadoras que resultem em melhoria dos serviços públicos.
- PD10 - Eficiência: pode ser considerado em relação ao modo de atuação de agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados; e em relação ao modo de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público.
- PD11 - Economicidade: diz respeito a se saber se foi obtida a melhor proposta para a efetuação da despesa pública, isto é, se o caminho perseguido foi o melhor e mais amplo, para chegar-se à despesa e se ela se fez com modicidade, dentro da equação custo-benefício.



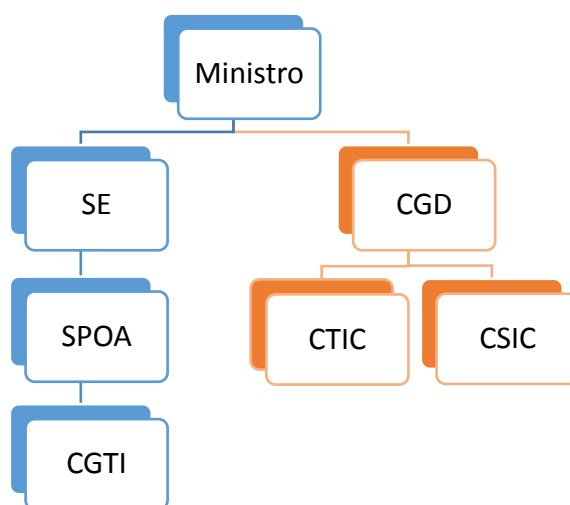


## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

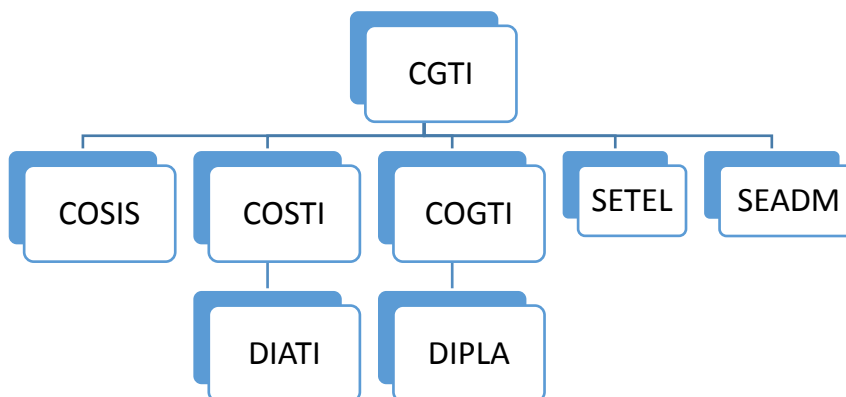
### 6. ORGANIZAÇÃO DA TIC

O papel preponderante da TIC no Ministério reflete-se na quantidade de sistemas estratégicos hoje utilizados pelas diversas Secretarias do MDIC para o desenvolvimento de suas atividades. Também é observada na parcela considerável do orçamento do Ministério dedicada a remunerar os sistemas de Comércio Exterior operados pelo SERPRO.

A estrutura de TIC do Ministério é composta por uma estrutura orgânica, composta pelas Unidades hierárquicas regimentais e por uma estrutura funcional, composta pelos Comitês relacionados a TIC. O organograma abaixo ilustra a composição da estrutura de TIC do Ministério de forma abrangente:



A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI é, hoje, a principal área de gestão e operacionalização das ações de TIC. A CGTI atualmente estrutura-se em torno das três vertentes essenciais à prestação de serviços de TIC de qualidade: Sistemas, Infraestrutura e Governança. Cada um desses temas é o foco da atenção das coordenações que compõem a CGTI, cada qual com contingentes e atribuições regimentais próprias.





## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

### 7. RESULTADOS DO PDTI ANTERIOR

Considerando que o PDTI do MDIC 2015-2016 estabeleceu um conjunto de ações e iniciativas objetivando principalmente uma mudança do ponto de vista estratégico da área de Tecnologia de Informação, é de fundamental importância que analisemos os resultados obtidos a partir deste planejamento. Começaremos por analisar os reflexos das ações no que tange aos ambientes internos e externos, principalmente focando no aproveitamento das oportunidades e das forças detectadas e o que foi feito para mitigação das ameaças e redução das fraquezas. Concluiremos com uma abordagem do que foi realizado em relação ao planejado.

#### 7.1 Ambiente Externo

Em relação ao Ambiente Externo, no que diz respeito às oportunidades então elencadas, podemos ressaltar o estabelecimento de parcerias estratégicas com Ministério do Planejamento, Controladoria Geral de União, Banco do Brasil e a participação em diversos órgãos colegiados.

#### 7.2 Ambiente Interno

O reposicionamento estratégico dentro do MDIC se deu com a consolidação de uma estrutura de governança com participação de todas as áreas do MDIC e a ocupação dos cargos de gestão por servidores efetivos. Esses fatores visam a mitigar a ameaça de “Falta de integração entre as áreas atendidas”.

Relatamos a seguir os principais objetivos enunciados no PDTIC 2015-2016 e as iniciativas que permitiram sua consecução:

- **Desenvolver o corpo técnico de TI**  
A equipe técnica foi fortalecida sobretudo com a cessão de Analistas de TI pelo Ministério do Planejamento. Foi criado um plano específico de capacitação para a área, que foi parcialmente executado.
- **Garantir a disponibilidade de recursos financeiros**  
Gastos desnecessários foram eliminados com a renegociação, suspensão e cancelamento de contratos administrativos. Houve o efetivo acompanhamento da execução orçamentária e fiscalização técnica dos contratos, tendo uma permanente consolidação da posição orçamentária da área.
- **Implantar processos de planejamento e organização**  
A implementação efetiva de uma estrutura de governança foi uma conquista da gestão da área de TI o que possibilitou o implantar processos de planejamento e organização, que, no entanto, carecem ainda de aprimoramento e tempo para a percepção dos resultados alcançados.
- **Aperfeiçoar processos de aquisição e implementação**  
O aprimoramento da conformidade em relação as contratações de TIC e o acompanhamento da execução orçamentária foram as principais iniciativas adotadas em relação ao objetivo. Algumas iniciativas institucionais auxiliaram significativamente o atingimento deste objetivo, tais como a publicação de portarias



## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

ministeriais relacionadas a contratação e fiscalização de contratos e o fortalecimento da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério.

- **Aprimorar a aderência dos processos e sistemas aos normativos governamentais**  
A principal iniciativa foi a consolidação da adesão à Instrução Normativa nº 4, da Secretaria de Tecnologia da Informação – STI/MP.
- **Aperfeiçoar os processos de entrega e suporte de serviços de TI**  
As melhorias em relação ao objetivo se deram com a consolidação do contrato de *help-desk* e de infraestrutura.
- **Instituir o processo de desenvolvimento de sistemas**  
Foram contratados serviços de apoio à governança de TI para condução deste processo, dentre outros objetivos.
- **Aumentar o nível de satisfação dos usuários internos e externos com os serviços de TI do MDIC**  
A instituição dos NATs com a Portaria CGTI n. 2, de 27 de agosto de 2015 e alterada com a Portaria CGTI n. 2 de 30 de maio de 2016, teve como principal objetivo melhorar a satisfação dos usuários de TIC pelo assessoramento das Secretarias e criação de um canal efetivo de comunicação entre as coordenações da CGTI e as demais áreas do Ministério.
- **Implantar a governança integrada de TI**  
Este objetivo foi alcançado pela criação da Coordenação de Governança de TI e pela implementação efetiva dos Comitês de Governança Digital, de Segurança da Informação e Comunicações e de Tecnologia da Informação e Comunicações.
- **Garantir a eficiência do gasto em TI**  
A renegociação de contratos com eliminação de gastos desnecessários, bem como a implementação de efetivo acompanhamento da execução orçamentária e fiscalização técnica dos contratos auxiliaram no atingimento deste objetivo.
- **Garantir a segurança e a disponibilidade de informações estratégicas, a implantação do ETIR**  
A principal ação relacionada foi a criação pelo Voto 1/2016-CGD do Sistema de Gestão da Segurança da Informação e Comunicações do MDIC, com designação do Gestor de Segurança da Informação e Comunicações e a criação do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações. Além disso, já em 2016 foi elaborada pelo CSIC nova POSIC, aprovada pelo Voto 4/2016-CGD.
- **Aperfeiçoar o processo de comunicação entre as áreas finalísticas e a TI**  
Este objetivo também foi atingido por meio da implementação dos NATs como o embrião da institucionalização da atividade de análise de negócio no processo de solicitação de demanda de sistemas finalísticos.



## **MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS**

Do apresentado, conclui-se que as principais mudanças estruturais planejadas foram empreendidas ao longo do biênio 2015-2016. Acredita-se que toda esta mudança de paradigma surtirá efeito, a partir do próximo ciclo de planejamento, numa efetiva melhoria da qualidade dos serviços prestados pela área de TIC.

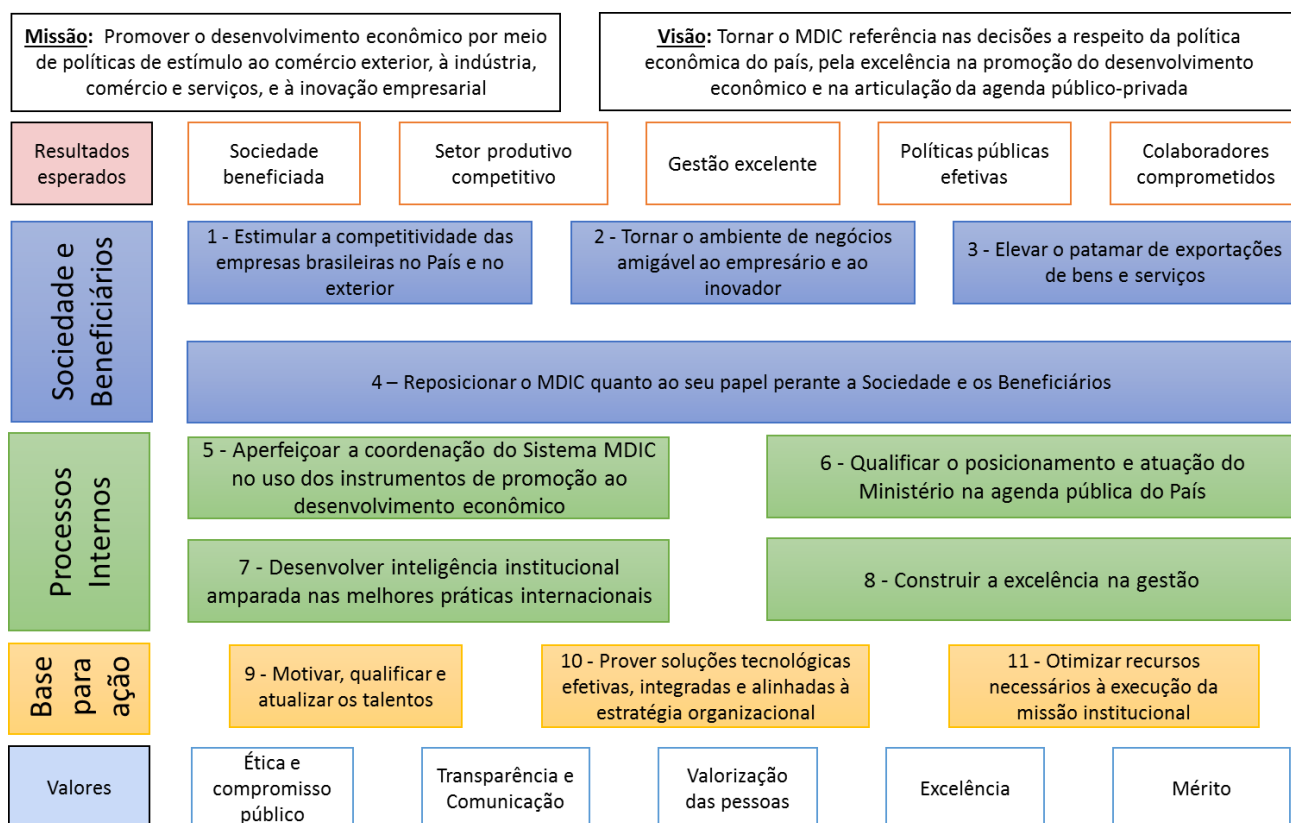


## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

### 8. REFERENCIAL ESTRATÉGICO

#### 8.1 Alinhamento com a estratégia do MDIC

O planejamento estratégico do MDIC até 2019 está caracterizado no mapa estratégico a seguir:



A fase seguinte do Planejamento Estratégico 2016-2019 consiste em definir os componentes estratégicos (iniciativas e indicadores) a partir dos objetivos estratégicos elencados no mapa. Todas as metas e ações planejadas neste documento coadunam-se com os valores e objetivos estratégicos do Ministério. Ressalta-se a relevância do Objetivo Estratégico nº 10 (OE.10), o qual possui íntima relação com a atividade de TIC e dará origem às iniciativas estratégicas de TI, conforme detalhes apresentados mais à frente.



## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

### 8.2 Alinhamento com a Estratégia de Governança Digital

A Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal, ciclo 2016-19, pode ser resumida no seguinte mapa estratégico:



Tanto os princípios elencados quanto os Eixos e Objetivos Estratégicos da EGD foram amplamente considerados na elaboração deste PDTIC, de modo que sua influência pode ser observada em todos os níveis de desdobramento das necessidades de TIC.

### 8.3 Estratégia de TIC

#### 8.3.1 Missão

Prestar serviços de TIC com eficiência, eficácia, efetividade, garantia de acesso à informação e promoção da participação da sociedade

#### 8.3.2 Visão

Ser reconhecida pela excelência na prestação de serviços de TIC em relação aos clientes internos e externos.

#### 8.3.3 Valores

Foco no cliente, Transparência e Qualidade



## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

### 8.4 Iniciativas Estratégicas (preliminares)

As Iniciativas Estratégicas decorrentes diretamente do Objetivo Estratégico n.10 do Ministério (OE.10) – Prover soluções tecnológicas efetivas, integradas e alinhadas à estratégia organizacional – possuem grande correlação com as atividades de TIC. Essas iniciativas foram discutidas e desenhadas em reuniões do Planejamento Estratégico, envolvendo todas as áreas relacionadas, e formam uma proposta oficial a ser aprovada e homologada pela alta administração. Em virtude disso, foram utilizadas como parte essencial do referencial estratégico de TIC e estão apresentadas na tabela:

ID	Iniciativas Estratégicas de TIC
IE.01	Implementação efetiva do Comitê de Governança Digital, no nível estratégico, e dos comitês táticos de gestão de TIC, e de segurança da informação e comunicações
IE.02	Contratação de fábrica de <i>software</i> em novos moldes
IE.03	Implementação do Plano de Capacitação de TI
IE.04	Implementação de ferramentas essenciais para suporte às decisões e às atividades diárias
IE.05	Reestruturação e Melhoria da Estrutura de Redes do Ministério
IE.06	Ampliação da autonomia na gestão de sistemas de informação estratégicos

### 8.5 Análise SWOT da CGTI

A seguir estão relacionadas as forças (*strengths*), fraquezas (*weaknesses*), oportunidades (*opportunities*) e ameaças (*threats*) da Coordenação-Geral de TI, em ordem de importância definida com o auxílio da matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência).

A matriz GUT atribui de 1 a 5 pontos para cada um dos aspectos analisados, de acordo com as escalas apresentadas adiante, no item 9.2 - Critérios de priorização. Após a aplicação dos pontos é realizada uma multiplicação dos valores e o total forma a sua prioridade.

ID	Forças	GUT
S1	Gestão realizada por servidor de carreira	48
S2	Criação e atuação dos Comitês de TIC e SIC	48
S3	Alinhamento crescente às boas práticas de gerenciamento de serviços de TI (ITIL)	40
S4	Avanço recente no campo normativo de TI	36
S5	Área dedicada à governança de TI	36
S6	Integração crescente com áreas finalísticas	32

ID	Fraquezas	GUT
W1	Processos de trabalho não avaliados e mapeados	100
W2	Baixa motivação da equipe	75
W3	Ausência de práticas de gestão de projeto	60
W4	Ausência de gerência de configuração e mudança de software e hardware	50
W5	Força de trabalho ainda carente em qualificação técnica	48



## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

<b>W6</b>	Alta demanda da equipe para solução de problemas legados	45
<b>W7</b>	Força de trabalho de TIC insuficiente	36
<b>W8</b>	Baixa maturidade da governança de TI	32
<b>W9</b>	Ausência de gestão do conhecimento e sustentabilidade das soluções	32
<b>W10</b>	Segurança da informação ainda é tratada de forma reativa	32
<b>W11</b>	Instalações físicas do <i>data center</i> inadequadas	32
<b>W12</b>	Falta de clareza acerca de quais normativos internos e externos são aplicáveis aos processos de trabalho	30
<b>W13</b>	Excesso de atividades administrativas	27
<b>W14</b>	Comunicação deficitária entre as coordenações de TIC e entre a TIC e as demais áreas	24
<b>W15</b>	Ausência de Plano de gestão de Riscos de TIC adequado	24
<b>W16</b>	Obsolescência da infraestrutura de TIC	24
<b>W17</b>	Ausência de indicadores para aferição do nível de satisfação e de qualidade dos serviços e soluções fornecidos pela TI	18

<b>ID</b>	<b>Oportunidades</b>	<b>GUT</b>
<b>O1</b>	Apoio da alta administração - Comitê de Governança Digital	100
<b>O2</b>	Aumento da confiança das áreas de negócio na área de TI	64
<b>O3</b>	Estratégia de Governança Digital	48
<b>O4</b>	Apoio do órgão central do SISP	18
<b>O5</b>	Possibilidade de acordos de cooperação e convênios	18

<b>ID</b>	<b>Ameaças</b>	<b>GUT</b>
<b>T1</b>	Equipamentos críticos para a infraestrutura de TI em regime de comodato	48
<b>T2</b>	Possibilidade de perda de servidores de TI pelo não cumprimento de itens do Plano de Trabalho com o MP	48
<b>T3</b>	Dependência de fornecedores e de áreas finalísticas para desenvolvimento e sustentação de sistemas estratégicos	48
<b>T4</b>	Incerteza orçamentária	48
<b>T5</b>	Carreira ATI em situação instável, devido a alterações normativas	36
<b>T6</b>	Risco de perda do apoio da alta administração	32
<b>T7</b>	Interesse dos servidores de TI por concursos de outras carreiras em função do desalinhamento salarial	24



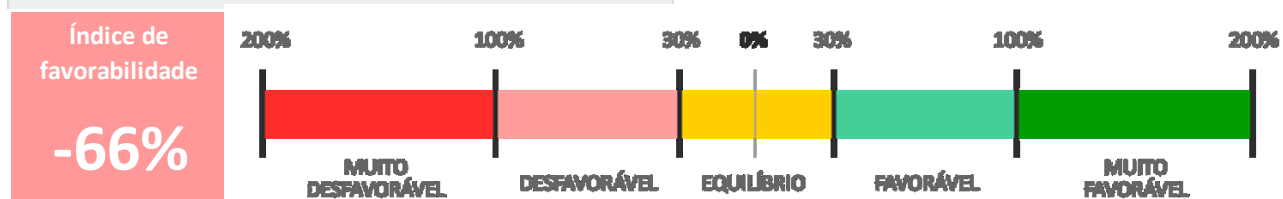


## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

### 8.5.1 Resultados SWOT da CGTI



Forças	16%
Fraquezas	47%
Oportunidades	17%
Ameaças	19%





## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

### 9. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES

#### 9.1 Plano de Levantamento das Necessidades

As necessidades de TIC elencadas neste Plano foram determinadas pela união dos direcionamentos estratégicos do Ministério e da Estratégia de Governança Digital; da análise da matriz SWOT da CGTI; dos compromissos firmados com o Plano de trabalho assinado com o Ministério do Planejamento; e das necessidades dos usuários de TIC do Ministério, coletadas em todas as Coordenações, por meio de questionário aplicado por servidor da CGTI e respondido pelos Coordenadores.

#### 9.2 Critérios de Priorização

A priorização das necessidades foi feita com o auxílio da matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência). A matriz é aplicada tradicionalmente para a priorização de problemas pela atribuição de pontos para cada um dos aspectos analisados. Para fins deste PDTIC, a matriz foi adaptada para a priorização de necessidades. Dessa maneira, problema foi definido como necessidade não suprida.

- Gravidade: impacto da necessidade de TIC não suprida sobre coisas, pessoas, resultados, processos ou organizações e efeitos que surgirão a longo prazo, caso o problema não seja resolvido.

Escala	
5	Extremamente grave
4	Muito grave
3	Grave
2	Pouco grave
1	Sem gravidade

- Urgência: relação com o tempo disponível ou necessário para suprir a necessidade de TIC.

Escala	
5	Requer ação imediata
4	Ações devem ser tomadas urgentemente
3	A ação deve ocorrer o mais cedo possível
2	Pouco urgente
1	Não há urgência

- Tendência: potencial de crescimento da necessidade, avaliação da tendência de crescimento, redução ou desaparecimento da necessidade de TIC.

Escala	
5	A situação irá piorar rapidamente
4	A situação irá piorar em pouco tempo
3	A situação irá piorar em médio prazo
2	A situação irá piorar em longo prazo
1	A situação não deve mudar e pode até melhorar

Após a aplicação dos pontos é realizada uma multiplicação dos valores e o total forma a sua prioridade.



## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

### 9.3 Necessidades Identificadas

ID	Necessidade de TIC	Descrição	Origem	GUT
n1	Prover, manter e atualizar o parque tecnológico	O parque tecnológico contempla duas categorias: (1) Equipamentos de utilização direta pelos colaboradores e visitantes do Ministério; (2) Equipamentos e soluções necessários para suportar a infraestrutura de TIC, mantidos diretamente pela CGTI.	<b>SWOT:</b> S2, S6, W4, W8, W9, W10, W11, W14, W15, W16, W17, O2, T1, T4 <b>EGD:</b> OE.04, OE.06, OE.07 <b>EMDIC:</b> OE.08, OE.10, OE.12 <b>IETIC:</b> IE.04, IE.05	80
n2	Prover soluções de gestão da informação para viabilizar a execução dos programas do Ministério	Abarca: (1) a avaliação da necessidade da área demandante para o fornecimento de uma solução de gestão da informação; (2) o desenvolvimento de <i>software</i> ; e (3) a manutenção de sistemas de informação existentes. O primeiro grupo remete à necessidade de melhor avaliar as demandas por sistemas de informação, de modo a garantir a solução mais eficiente. Em caso de definição de desenvolvimento de sistema, destacado pelo segundo grupo, as metas e ações devem garantir a previsibilidade de escopo, custo, tempo e qualidade. Ademais, devem melhorar a governança sobre o projeto de desenvolvimento de software, ou seja, buscar o alinhamento estratégico, as definições claras de responsabilidades e a conformidade com boas práticas.	<b>SWOT:</b> S3, S6, W3, W4, W5, W7, W8, W9, W12, W13, W14, W17, O2, O5 T2, T3, T4 <b>EGD:</b> OE.05, OE.06 <b>EMDIC:</b> OE.02, OE.04, OE.06, OE.07, OE.08, OE.10, OE.11 <b>IETIC:</b> IE.01, IE.02, IE.04, IE.06	80
n3	Institucionalizar e gerenciar os serviços de TIC de acordo com processos definidos	Os serviços de TIC prestados internamente no MDIC carecem de otimização e formalização. O objetivo é estabelecer ações que visem à implantação gradual de processos recomendados pelas melhores práticas de gerenciamento de serviços de TIC, especialmente ITIL v3 (framework reconhecido para gerenciamento de serviços de TIC).	<b>SWOT:</b> S1, S3, S4, S5, W1, W2, W3, W5, W6, W7, W8, W12, W13, O1, T2, T5, T6, T7 <b>EGD:</b> OE.05 <b>EMDIC:</b> OE.07, OE.08, OE.10, OE.11 <b>IETIC:</b> IE.01, IE.03, IE.04, IE.05	64



## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

n4	Apoiar e suportar as iniciativas de segurança da informação e comunicações	<p>O tratamento das questões de SIC no Ministério tem se mostrado predominantemente reativo. Nesse contexto, foi criado CSIC com a finalidade de assessorar o CGD em questões correlatas e fortalecer a estrutura de governança de SIC.</p> <p>O objetivo desta necessidade é balizar ações que garantam a elaboração de um arcabouço normativo coerente de SIC e o cumprimento das respectivas normas.</p>	<p><b>SWOT:</b> S1, S2, S3, S4, S5, W5, W7, W8, W10, W11, W12, W15, W16, O1, T1</p> <p><b>EGD:</b> OE.03</p> <p><b>EMDIC:</b> OE.08, OE.10, OE.13</p> <p><b>IETIC:</b> IE.01, IE.04, IE.05</p>	60
n5	Desenvolver a maturidade de governança de TIC	<p>O MDIC apresentou em 2016 melhoras significativas em suas práticas de governança de TIC. Entretanto, identificou-se ainda um estágio inicial de maturidade nesse aspecto. Dessa forma, esta necessidade busca nortear ações que garantam a melhoria contínua das práticas de governança de TIC no Ministério. Com efeito, deve-se contemplar o mapeamento de processos críticos de TIC, apoio ao gerenciamento de projetos de TIC, promoção da transparência ativa e a gestão de riscos de TIC.</p>	<p><b>SWOT:</b> S2, S5</p> <p>W8, W3, W4, W12, W15, W17, O1, O3, O4, T6</p> <p><b>EGD:</b> OE.05</p> <p><b>EMDIC:</b> OE.07, OE.08, OE.10</p> <p><b>IETIC:</b> IE.01, IE.03, IE.04</p>	24
n6	Proporcionar soluções tecnológicas, considerando o compartilhamento de dados e respeitando os padrões de acessibilidade e interoperabilidade	<p>Essa necessidade remete ao dever do Ministério de modernizar-se com intuito de promover eficiência e efetividade em suas atividades finalísticas. Ademais, a demanda crescente da sociedade por serviços digitais e por participação na elaboração de políticas públicas culminou com a publicação do Decreto que estabeleceu a Política de Governança Digital, que por sua vez deu origem à EGD do Governo Federal. Nesse contexto, deve-se estabelecer metas que visem a promover a interoperabilidade, a acessibilidade e o compartilhamento de dados originários nesta Pasta.</p>	<p><b>SWOT:</b> S3</p> <p>W3, W4, W5, W7, W8, W9, W12, W14, O3, O4, O5, T2, T4, T5, T7</p> <p><b>EGD:</b> OE.06, OE.07, OE.08, OE.09</p> <p><b>EMDIC:</b> OE.02, OE.04, OE.06, OE.07, OE.08, OE.10, OE.12</p> <p><b>IETIC:</b> IE.02, IE.03, IE.04, IE.05, IE.06</p>	24
n7	Capacitar o MDIC de modo a prover as competências necessárias para a execução de atividades relacionadas a TIC	<p>O Ministério elabora, anualmente, por meio da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, o seu Plano Anual de Capacitação. É dever da CGTI contribuir com a elaboração do referido plano no que tange às suas necessidades de desenvolvimento de competências essenciais para consecução eficiente das atividades de TIC. Nesse sentido, tornam-se imperativas as ações que busquem não só a participação efetiva na elaboração do Plano Anual de Capacitação, mas a identificação precisa, por parte da CGTI e dos comitês correlatos a TIC, das ações de treinamento necessárias e prioritárias para a prestação eficiente de serviços de TIC e execução de atividades relacionadas a TIC.</p>	<p><b>SWOT:</b> S1, S5, W1, W2, W3, W5, W8, W9, O1, O4, O5, T4, T6</p> <p><b>EGD:</b> OE.05</p> <p><b>EMDIC:</b> OE.07, OE.08, OE.10, OE.14</p> <p><b>IETIC:</b> IE.01, IE.03, IE.04</p>	18



## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

### 10. **CAPACIDADE ESTIMADA DE EXECUÇÃO DA TI**

No ano de 2016, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviço (MDIC) realizou novas contratações que terão reflexos na execução de novos projetos, bem como na capacidade de execução dos recursos alocados nos atuais projetos e atividades.

A avaliação da capacidade estimada de execução da TIC foi separada entre as contratações realizadas pelo MDIC para atender suas necessidades internas de infraestrutura e desenvolvimento de sistemas e nos sistemas finalísticos que são desenvolvidos e mantidos mediante contratação do MDIC. Essa separação permite uma análise mais precisa da capacidade de execução dos projetos e suas respectivas execuções orçamentárias.

Em relação às necessidades internas do Ministério, no Plano de Investimento e Custeio do PDTIC 2017-2019, nota-se que 79,4% do orçamento de 2017 é referente aos contratos já vigentes. Nesse ano, dos contratos vigentes, apenas R\$ 4.525.000,00 são contratos sob demanda, os demais contratos são de caráter continuado, com execução mensal. Dessa forma, 58,2% dos recursos alocados nos atuais projetos e atividades da CGTI são de alta probabilidade de execução.

Quanto aos projetos sob demanda e às novas contratações previstas, espera-se que a capacidade de execução contratual supere 80% no ano de 2017. Essa nova capacidade de execução leva em consideração: a reestruturação da área de TI do MDIC; os normativos publicados no âmbito do MDIC; melhor avaliação e acompanhamento orçamentário dos contratos de TI e o aprendizado e experiência adquiridos pela equipe da CGTI nas contratações realizadas durante 2016.

Analisando os contratos existentes entre o MDIC e SERPRO para desenvolvimento e manutenção dos sistemas SISCOMEX e SICOSERV, temos um volume financeiro de R\$ 101,3 milhões em 2017. Desse total, apenas R\$ 10 milhões referem-se a desenvolvimento, ou seja 10% do orçamento previsto, os demais 90% são utilizados para fins de manutenção dos sistemas já existentes e, portanto, com alta probabilidade de execução.



## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

### 11. PLANO DE METAS E AÇÕES

#### 11.1 Plano de Metas

ID	Necessidade de TIC	ID	Metas	Indicadores	Valor	Prazo
n1	Prover, manter e atualizar o parque tecnológico	m1	Manter ou adquirir equipamentos e soluções para atender às necessidades dos usuários de TIC	% de ações iniciadas	77%	dez/17
					100%	dez/18
					-	dez/19
				% de ações concluídas	44%	dez/17
					88%	dez/18
					100%	dez/19
		m2	Manter ou adquirir equipamentos e soluções necessários para suportar a infraestrutura de TIC	% de ações iniciadas	90%	dez/17
					100%	dez/18
					-	dez/19
				% de ações concluídas	10%	dez/17
n2	Prover soluções de gestão da informação para viabilizar a execução dos programas do Ministério	m3	Executar os projetos que envolvam desenvolvimento ou aquisição de sistemas de informação com previsibilidade de custo, tempo, escopo e qualidade	% de ações iniciadas	60%	dez/17
					100%	dez/18
					-	dez/19
				% de ações concluídas	40%	dez/17
					60%	dez/18
					100%	dez/19
				% de projetos executados com previsibilidade de custo, tempo, escopo e qualidade em relação ao quantitativo total de projetos	10%	dez/17
					50%	dez/18
					80%	dez/19
		m4	Manter ou aprimorar os sistemas de informação existentes de acordo com critérios de priorização definidos	Sistemas mantidos ou aprimorados de acordo com critérios de priorização	Sim	dez/17
					Sim	dez/18
					Sim	dez/19
n3	Institucionalizar e gerenciar os serviços de TIC de acordo com processos definidos	m5	Gerir os serviços de TIC no âmbito do MDIC de acordo com as boas práticas	% de ações iniciadas	30%	dez/17
					60%	dez/18
					90%	dez/19
				% de ações concluídas	25%	dez/17
					55%	dez/18
					85%	dez/19



## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

<b>n4</b>	Apoiar e suportar as iniciativas de segurança da informação e comunicações	m6	Participar do processo de elaboração das políticas e programas de SIC	Frequência dos membros nas reuniões dos Comitês relativos a SIC	51%	dez/17
					51%	dez/18
					51%	dez/19
		m7	Implementar e gerir os processos de SIC	% de ações iniciadas	45%	dez/17
					70%	dez/18
					100%	dez/19
				% ações concluídas	30%	dez/17
					55%	dez/18
					85%	dez/19
<b>n5</b>	Desenvolver a maturidade de governança de TIC	m8	Definir e implementar diretrizes de governança	Diretrizes de governança implementadas	75%	dez/17
					100%	dez/18
					-	dez/19
		m9	Desenvolver mecanismos de gestão e controle das atividades e produtos de TIC	% de ações iniciadas	90%	dez/17
					100%	dez/18
					-	dez/19
				% de ações concluídas	20%	dez/17
					40%	dez/18
					100%	dez/19
<b>n6</b>	Proporcionar soluções tecnológicas, considerando o compartilhamento de dados e respeitando os padrões de acessibilidade e interoperabilidade	m10	Aprimorar soluções tecnológicas e ampliar a disponibilização em meio digital dos serviços prestados pelo MDIC	% de ações iniciadas	75%	dez/17
					100%	dez/18
					-	dez/19
				% de ações concluídas	50%	dez/17
					66%	dez/18
					100%	dez/19
		m11	Tornar soluções tecnológicas aderentes ao e-ping	% ações executadas	50%	dez/17
					100%	dez/18
					-	dez/19
		m12	Tornar todos os sistemas aderentes ao e-mag	% de sistemas aderentes ao e-mag	20%	dez/17
					40%	dez/18
					60%	dez/19
		m13	Suportar as necessidades de disponibilização de dados abertos em conformidade com a Estratégia de Governança Digital	PDA publicado	Sim	dez/17
					-	dez/18
					-	dez/19
				PDA implementado	75%	dez/17
					90%	dez/18
					100%	dez/19
				Dados publicados e atualizados na periodicidade estipulada	Sim	dez/17
					Sim	dez/18
					Sim	dez/19



## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

<b>n7</b>	Capacitar o MDIC de modo a prover as competências necessárias para a execução de atividades relacionadas a TIC	m14	Capacitar a CGTI de modo a prover as competências necessárias para a prestação de serviços de TIC	% de execução do Plano Anual de Capacitação de TI	70%	dez/17
					70%	dez/18
					70%	dez/19
		m15	Participar do processo de elaboração do Plano Anual de Capacitação do Ministério para prover a todos os servidores as competências necessárias para a execução das atividades relacionadas a TIC	Participação na elaboração do Plano Anual de Capacitação do Ministério	Sim	dez/17
					Sim	dez/18
					Sim	dez/19

### 11.2 Plano de Ações

<b>m1</b>	<b>Manter ou adquirir equipamentos e soluções necessários para atender às necessidades dos usuários de TIC</b>
<b>a1</b>	Elaborar e executar projeto de solução de digitalização e impressão
<b>a2</b>	Prover solução de videoconferência
<b>a3</b>	Instalar projetores fixos em sala de reunião
<b>a4</b>	Gerir a operacionalização do comodato com o Banco do Brasil
<b>a5</b>	Avaliar possibilidade de outsourcing de desktop e notebook
<b>a6</b>	Elaborar e executar projeto de <i>moving</i> de circuito fechado de tv
<b>a7</b>	Elaborar e executar projeto de controle de acesso físico com catracas
<b>a8</b>	Atualizar notebooks ou estações de trabalho obsoletos ou fora da garantia
<b>a9</b>	Adquirir leitores biométricos do ponto eletrônico
<b>m2</b>	<b>Manter ou adquirir equipamentos e soluções necessários para suportar a infraestrutura de TIC</b>
<b>a10</b>	Contratar serviços de sustentação de infraestrutura mais amplo, com terceiro nível de atendimento e suporte à melhoria de infraestrutura
<b>a11</b>	Manter os equipamentos de segurança da informação e comunicações
<b>a12</b>	Elaborar e executar projeto de otimização da rede wireless
<b>a13</b>	Aperfeiçoar o serviço de correio eletrônico
<b>a14</b>	Manter os bancos de dados
<b>a15</b>	Manter os links e a rede de comunicação de dados e voz
<b>a16</b>	Manter e aprimorar as soluções de armazenamento e backup de dados
<b>a17</b>	Elaborar e executar projeto de reestruturação do datacenter
<b>a18</b>	Consolidar parque de equipamentos de servidores de rede
<b>a19</b>	Garantir a autonomia da gestão de ativos estratégicos de TIC





## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

<b>m3</b>	<b>Executar os projetos que envolvam desenvolvimento ou aquisição de sistemas de informação com previsibilidade de custo, tempo, escopo e qualidade</b>
<b>a20</b>	Revisar a metodologia de Projetos de TIC
<b>a21</b>	Implantar efetivamente o escritório de projetos de TIC
<b>a22</b>	Contratar fábrica de software em moldes que se adequem às melhores práticas
<b>a23</b>	Instituir o processo de Desenvolvimento de Sistemas adequado ao TR da fábrica de software vigente
<b>a24</b>	Criar e aplicar política de homologação com definição de prazos e critérios de responsabilização
<b>a25</b>	Desenvolver ou adquirir sistemas de informação com a aplicação da metodologia de gerenciamento de projetos adotada e com o suporte e o controle do escritório de projetos
<b>a26</b>	Definir sistemática de acompanhamento unificado dos projetos de TIC
<b>a27</b>	Assessorar o planejamento de projetos de TIC
<b>m4</b>	<b>Manter ou aprimorar os sistemas de informação existentes de acordo com critérios de priorização definidos</b>
<b>a28</b>	Definir formalmente as diretrizes para classificação de um sistema de informação como estratégico
<b>a29</b>	Atualizar a lista de sistemas estratégicos do Ministério, conforme diretrizes estabelecidas
<b>a30</b>	Estabelecer fórum de discussão sobre serviços essenciais e relação com o SERPRO
<b>a31</b>	Avaliar a possibilidade de unificar os contratos do SERPRO para negociação em bloco
<b>a32</b>	Implantar e ampliar a utilização da Pead (Plataforma de envio de arquivos assinados digitalmente)
<b>a33</b>	Definir formalmente as diretrizes de priorização para manutenção e aprimoramento dos sistemas
<b>a34</b>	Manter sistemas de informação de acordo com os critérios de priorização definidos
<b>a35</b>	Aprimorar sistemas de informação de acordo com os critérios de priorização definidos
<b>a36</b>	Adotar de arquitetura corporativa de dados
<b>m5</b>	<b>Gerir os serviços de TIC no âmbito do MDIC de acordo com as boas práticas</b>
<b>a37</b>	Implantar o gerenciamento de demandas
<b>a38</b>	Aprimorar e formalizar gerenciamento de mudança
<b>a39</b>	Implantar gerenciamento de configurações e ativos de serviço
<b>a40</b>	Implantar gerenciamento de liberação e implantação
<b>a41</b>	Implantar o processo de gerenciamento de mudanças
<b>a42</b>	Aprimorar o gerenciamento de Incidentes
<b>a43</b>	Implantar gerenciamento de eventos
<b>a44</b>	Implantar gerenciamento de acessos
<b>a45</b>	Implantar gerenciamento de problemas
<b>a46</b>	Aprimorar o gerenciamento do nível de serviços
<b>a47</b>	Implantar o gerenciamento de capacidade
<b>a48</b>	Implantar o gerenciamento de disponibilidade



## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

<b>a49</b>	Aprimorar e formalizar o processo de melhoria contínua do serviço
<b>m6</b>	<b>Participar do processo de elaboração das políticas e programas de SIC</b>
<b>a50</b>	Coletar e apresentar aos Comitês pertinentes os dados relativos à gestão da SIC
<b>a51</b>	Participar do processo de elaboração e revisão da POSIC
<b>a52</b>	Participar do processo de elaboração do Plano de Metas de SIC
<b>m7</b>	<b>Implementar e gerir os processos de SIC</b>
<b>a53</b>	Implantar a gestão de continuidade
<b>a54</b>	Implantar a gestão de risco
<b>a55</b>	Criar procedimentos das Normas de Segurança aprovadas
<b>a56</b>	Implantar procedimentos das Normas de Segurança aprovadas
<b>a57</b>	Contratar Centro de Operações de Segurança (SOC) com monitoramento continuado
<b>a58</b>	Manter a Equipe de Tratamento de Incidentes de Redes
<b>a59</b>	Contratar e manter os serviços de Certificação Digital
<b>m8</b>	<b>Definir e implementar diretrizes de governança</b>
<b>a60</b>	Definir formalmente diretrizes para gestão do portfólio de projetos e serviços de TI, inclusive para definição de critérios de priorização e de alocação orçamentária
<b>a61</b>	Definir formalmente as diretrizes para gestão dos riscos de TI aos quais o negócio está exposto
<b>a62</b>	Definir formalmente diretrizes para avaliação da governança e da gestão de TI
<b>a63</b>	Definir formalmente a sistemática de gestão de demandas de TIC
<b>m9</b>	<b>Desenvolver mecanismos de gestão e controle das atividades e produtos de TIC</b>
<b>a64</b>	Mapear processos críticos de trabalho de TIC
<b>a65</b>	Implantar método para gerenciamento de portfólio
<b>a66</b>	Publicar catálogo com informações atualizadas de todos os sistemas de TIC
<b>a67</b>	Publicar informações periódicas e atualizadas sobre o acompanhamento dos projetos e ações de TIC
<b>a68</b>	Publicar a execução orçamentária de TIC
<b>a69</b>	Definir sistemática de fiscalização técnica dos contratos de TIC e sua publicação
<b>a70</b>	Divulgar representantes da CGTI nas Secretarias e estabelecer fluxo de comunicação claro entre os servidores e a CGTI
<b>a71</b>	Ampliar o uso da Central de Monitoramento ( <a href="http://gestaoestrategica.mdic.gov.br">gestaoestrategica.mdic.gov.br</a> ) no acompanhamento de projetos de TIC
<b>a72</b>	Garantir o monitoramento de todos os projetos de TIC
<b>m10</b>	<b>Aprimorar soluções tecnológicas e ampliar a disponibilização em meio digital dos serviços prestados pelo MDIC</b>
<b>a73</b>	Implantar e manter o SEI
<b>a74</b>	Disponibilizar serviços digitais no portal <a href="http://servicos.gov.br">servicos.gov.br</a>
<b>a75</b>	Aprimorar suíte de produtividade ( <i>office</i> )



## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

<b>a76</b>	Prospectar, selecionar e disponibilizar ferramentas ou sistema de gestão administrativa
<b>a77</b>	Prospectar, selecionar e disponibilizar ferramentas de transferência segura de grandes arquivos
<b>a78</b>	Prospectar, selecionar e disponibilizar ferramentas de inteligência de negócio
<b>a79</b>	Prospectar, selecionar e disponibilizar ferramentas de acesso remoto seguro
<b>a80</b>	Prospectar, selecionar e disponibilizar sistema de análise de dados
<b>a81</b>	Prospectar, selecionar e disponibilizar ferramentas de comunicação corporativa tais como intranet e chat institucional
<b>a82</b>	Prospectar, selecionar e disponibilizar solução de computação em nuvem
<b>a83</b>	Prospectar, selecionar e disponibilizar licenças de <i>software</i> para apoiar ou aperfeiçoar as atividades de rotina
<b>a84</b>	Realizar estudo de viabilidade e implantação de plataforma de comunicação unificada
<b>m11</b>	<b>Tornar soluções tecnológicas aderentes ao e-ping</b>
<b>a85</b>	Atender demandas de interoperação registradas para integração do módulo de anexação de Documentos do Portal Único de Comércio Exterior com os sistemas dos 17 órgãos anuentes (PF, Ibama, Inmetro, SUFRAMA, Vigilância Agropecuária, CNEN, SECEX, RFB, DFPC, ANVISA, MAPA, DNPM, ANP, CORREIOS, Exército Brasileiro, SEP, MCTI)
<b>a86</b>	Cumprir as etapas previstas no Plano de Disseminação do Uso do IPv6
<b>m12</b>	<b>Tornar todos os sistemas aderentes ao e-mag</b>
<b>a87</b>	Implementar rotina de homologação de produtos de desenvolvimento de sistemas verificando a acessibilidade das entregas por validação automática
<b>a88</b>	Verificar e validar a acessibilidade dos sistemas em produção
<b>a89</b>	Definir o plano de adequação dos sistemas aderentes ao e-mag
<b>m13</b>	<b>Suportar as necessidades de disponibilização de dados abertos em conformidade com a Estratégia de Governança Digital</b>
<b>a90</b>	Publicar Plano de Dados Abertos (PDA)
<b>a91</b>	Implementar Plano de dados abertos
<b>a92</b>	Manter atualizados os dados publicados no Portal de dados abertos (dados.gov.br), de acordo com a periodicidade estipulada no PDA
<b>m14</b>	<b>Capacitar a CGTI de modo a prover as competências necessárias para a prestação de serviços de TIC</b>
<b>a93</b>	Verificar as competências necessárias
<b>a94</b>	Elaborar anual Plano de Capacitação de TIC
<b>a95</b>	Divulgar Plano de Capacitação de TIC
<b>a96</b>	Prospectar cursos/instrutores
<b>a97</b>	Elaborar projeto básico de capacitação
<b>a98</b>	Divulgar cursos com inscrições abertas
<b>a99</b>	Capacitar servidores



## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

<b>m15</b>	<b>Participar do processo de elaboração do Plano Anual de Capacitação do Ministério de modo a prover a todos os servidores as competências necessárias para a execução das atividades relacionadas a TIC</b>
<b>a100</b>	Verificar as competências necessárias para a execução das ações e cumprimento das metas previstas no PDTIC
<b>a101</b>	Participar da elaboração do Plano Anual de Capacitação do MDIC



## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

### 12. **PLANO DE CAPACITAÇÃO**

O Plano de Anual de Capacitação do MDIC é desenvolvido pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e está em fase de elaboração. A participação do Comitê de Tecnologia da Informação neste processo está prevista nas ações a94 e a101 e dependem diretamente da conclusão das ações a93 e a100. Dessa maneira, o Plano de Capacitação será incluído no processo de revisão deste plano.

### 13. **PLANO ORÇAMENTÁRIO DO PDTIC**

O Plano de Investimento e Custeio de TIC está anexo a este documento.

### 14. **PROCESSO DE REVISÃO DO PDTI**

O PDTIC será revisado a cada 6 (seis) meses, ou em prazo inferior por determinação do Comitê de Governança Digital.

### 15. **FATORES CRÍTICOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO PDTIC**

Foram identificados os seguintes fatores críticos para a implantação deste PDTIC:

- Apoio da Alta Administração;
- A necessidade de mudança de cultura organizacional relativo ao uso e à gestão dos serviços de TIC;
- A necessidade de definição de estratégia de comunicação relacionada ao funcionamento do PDTIC, a suas implicações e aos processos e procedimentos que o suportam;
- Dar transparência aos processos e procedimentos relativos à gestão e priorização de demandas;
- A manutenção das reuniões periódicas dos Comitês de Governança Digital e de Tecnologia da Informação e Comunicações;
- A divulgação do andamento da execução deste plano por meio de boletins e de reuniões abertas do CTIC; e
- A manutenção de servidor de carreira no cargo de CGTI e a mudança de DAS para FCPE, o que fortalece a continuidade das ações de TIC.

### 16. **ANEXOS**

- Plano de trabalho do projeto de elaboração do PDTIC, incluindo o cronograma;
- Plano de Investimento e Custeio de TIC
- Atas de reunião do CTIC no processo de elaboração do PDTIC;
- Catálogo de sistemas do MDIC;
- Quadro de Pessoal de TI (qualitativo e quantitativo)